



A GEOPOLÍTICA DO GARIMPO DO LOURENÇO, NORTE DO AMAPÁ: TRAJETÓRIA, CONTRADIÇÕES E INSUSTENTABILIDADE

THE GEOPOLITICS OF LOURENÇO, AN ARTISANAL
MINING REGION IN THE NORTH OF AMAPÁ: TRAJECTORY,
CONTRADICTIONS AND UNSUSTAINABILITY

LA GÉOPOLITIQUE DU LOURENÇO, RÉGION D'ORPAILLAGE
AU NORD DU BRÉSIL: TRAJECTOIRE, CONTRADICTIONS
ET LA MANQUE DE SOUTENABILITÉ

Marco Antonio Chagas – Universidade Federal do Amapá – Macapá – Amapá – Brasil
marco.chagas@uol.com.br

Resumo

O Garimpo do Lourenço, no Norte do estado do Amapá, constitui uma das mais antigas frentes de garimpagem ativa no Brasil. A extração de ouro é liderada por uma cooperativa de garimpeiros em precárias condições de trabalho e cuidados ambientais. O garimpo encontra-se envolto por um conjunto de áreas protegidas e pesquisas recentes indicaram altos níveis de mercúrio nos peixes dos rios da região. Em tempo pretérito, o Governo do Amapá e o Ministério Público Federal mediram ações para legalizar a atividade garimpeira e transformar a região conhecida como Lourenço num polo de mineração artesanal sustentável. As referidas ações não aconteceram, mas deixaram lições que foram anuladas ou desconsideradas pelo Estado racionalista quando do estabelecimento de acordos bilaterais Brasil-França para o combate de atividades de garimpo ilegal na fronteira. O presente artigo resgata a geopolítica do Garimpo do Lourenço e apresenta os seus principais conflitos socioambientais com base em uma revisão da literatura e em entrevistas e visitas técnicas à região. Conclui-se que a atividade garimpeira é insustentável diante do contexto territorial preservacionista e da complexidade das ações de regulação e de ordenamento socioambiental.

Palavras-chave: Garimpo, impactos socioambientais, áreas protegidas, Amapá.

Abstract

Lourenço, in the north of Amapá state, is one of the oldest active mining fronts in Brazil. Gold mining activities are carried out by a cooperative of gold diggers, under precarious working conditions and little environmental care. The mining region is situated amidst a set of protected areas and recent researches indicate high concentrations of mercury in the region's fishes. In the past, the local government along with the Federal Public Prosecutor's Office made efforts to legalize the mining activity and turn the Lourenço region into a sustainable artisanal mining pole. Those efforts didn't materialize, but they left lessons, which were either eliminated or ignored by the rationalist State in the occasion of the celebration of bilateral agreements between Brazil and France for the fight against illegal mining activities along the border. Based on literature review, interviews and technical visits to the mining region, this paper traces the geopolitics of Lourenço and presents the main socio-environmental conflicts. It concludes that the mining activity in the region results unsustainable within a preservationist territorial context and considering the complexity of socio-environmental regulation actions. Keywords: Mining, socio-environmental impacts, protected areas, Amapá.

Résumé

Lourenço, au nord de l'état de l'Amapá, est un des plus anciens fronts d'orpillage en cours au Brésil. L'extraction artisanale d'or est conduite par une cooperative de prospecteurs qui vivent sous des conditions de travaille

précaires et avec peu de souci environnemental. La région d'extraction d'or est entourée par un ensemble de zones protégées, et des recherches récentes montrent une augmentation du niveau de mercure rencontré dans les poissons des fleuves qui baignent la région. Dans le passé, le Gouvernement de l'état de l'Amapá et le Ministère Public Fédéral ont fait des efforts pour légaliser l'activité minière et transformer la région du Lourenço en un pôle de minération artisanale durable. Ces efforts n'ont pas abouti à des mesures concrètes, mais ils ont laissé des leçons qui ont été soit annulées soit ignorées par l'État rationaliste à l'occasion de l'établissement des accords bilatéraux entre le Brésil et la France pour le combat à l'activité minière illégale dans la frontière. Le présent article récupère la géopolitique de la région d'orpaillage du Lourenço et présente les principaux conflits socio-économiques, basé sur une révision de littérature, des entretiens et des visites techniques à la région. L'article conclut que l'extraction minière d'or au Lourenço résulte insoutenable dans un cadre territorial préservationniste et en face de la complexité des actions de régulation et de gestion socio-environnementale.

Mots-clés: Orpaillage, impacts socio-environnementaux, zones protégées, Amapá.

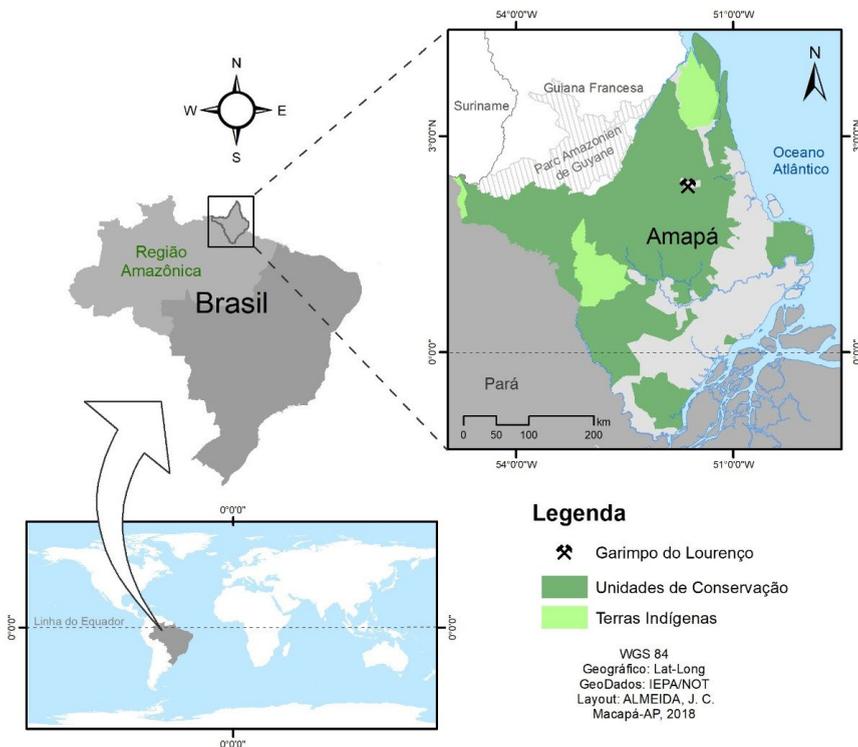
Introdução

O Amapá apresenta especificidades socioambientais ainda gerenciadas de forma antagônicas ou rivais, dado que: i) possui recursos minerais, incluindo ilhas de sintropia¹ que apresentam diferentes tipologias de exploração e impactos ambientais associados; ii) detém 70% de seu território institucionalizado como áreas protegidas (Unidades de Conservação e Áreas Indígenas).

Quanto à exploração de recursos minerais no Amapá, a atividade é sempre citada como exemplo de perda de oportunidades de desenvolvimento, de geração de conflitos ambientais e de injustiças sociais, com referências que perpassam tanto pela mineração industrial quanto pela artesanal (Drummond; Pereira, 2007; Oliveira, 2010a; Oliveira, 2010b; Chagas, 2013).

O Amapá foi detentor de um dos maiores depósitos de mineração de manganês do planeta, explorado pela empresa ICOMI até a exaustão, de 1953 a 1997. Atualmente, somente uma empresa de mineração de ouro encontra-se em operação no Amapá, mas persistem várias frentes de atividades de garimpagem em condições de lavras clandestinas e de alto risco ambiental e social.

Entre as atividades garimpeiras ativas no Amapá, a região conhecida como "Lourenço", localizada ao Norte do Estado, remonta o século XIX e se mantém em produção ainda hoje, o que a distingue como uma das mais antigas frentes de mineração artesanal em operação no Brasil. Ao longo dos anos, o Garimpo do Lourenço ficou ilhado por um conjunto de áreas protegidas, incluindo Unidades de Conservação e Terras Indígenas (Figura 1).

Figura 1 - Garimpo do Lourenço envolto por um conjunto de áreas protegidas

Fonte: Elaborado pelo geógrafo Jodson Almeida (2018).

Entre os anos de 1841 e 1900, a região ao Norte do Amapá, onde se situa o Garimpo do Lourenço, foi declarada zona neutra diante do conflito conhecido como “Contestado Brasil-França”, constituindo um capítulo à parte da geopolítica brasileira e afetando os interesses colonialistas franceses pela expansão territorial da fronteira e consequente apropriação dos recursos minerais.

O Lourenço, ao longo dos anos, evoluiu de uma condição de garimpo para um distrito administrativo do município de Calçoene, recebendo estrutura pública de serviços sociais básicos (saúde, educação, segurança etc.). Segundo o IBGE (2010), o Distrito do Lourenço possui uma população de 1.866 habitantes, sendo a garimpagem a atividade econômica principal,

com o comércio e a pequena agricultura complementando a renda das famílias na entressafra do garimpo (período de chuvas).

Entre os anos de 1984 e 1994, a região também abrigou empresas de mineração que aproveitaram o conhecimento tradicional dos garimpeiros para explorar alvos com potencial aurífero e aferir alta lucratividade. As empresas Mineração Novo Astro (MNA) e Mineração Yukio Yoshidome (MYUSA) operaram no Lourenço e respondem por um passivo socioambiental que foi assumido por uma cooperativa de garimpeiros, criada para suceder, de forma organizada, as empresas de mineração que deram por encerradas suas atividades no Lourenço.

A partir de 1994, com a efetivação do processo de transferência dos direitos minerários da MNA, o controle do Garimpo do Lourenço passou à Cooperativa de Mineração dos Garimpeiros do Lourenço (COOGAL) e as frentes de lavra, que antes eram desenvolvidas por empresas de mineração especializadas, se tornaram de alto risco operacional e ambiental. Como consequência, aumentaram os acidentes de trabalho e a degradação ambiental na região, com impactos diretos e indiretos nas unidades de conservação e terras indígenas do entorno.

Em 2017, a COOGAL foi alvo de uma operação da Polícia Federal e do Ministério Público Federal no Amapá (MPF/AP), acarretando na prisão de membros da diretoria e outros atores que mantinham relação comercial com a cooperativa. Segundo a Polícia Federal, entre as irregularidades apuradas constam: garimpeiros submetidos à condição de trabalho análoga a de escravo, extração ilegal de substâncias minerais, lavra ou extração não autorizada, uso ilícito de mercúrio, crime contra a fauna aquática, entre outras.

Este artigo tem por objetivo discutir a geopolítica do Garimpo do Lourenço e os conflitos ambientais associados, com argumentos que perpassam pelo fato de que, no final do século XIX, a região garimpeira se tornou causa de defesa do território nacional diante da questão do “Contestado Brasil-França” e, atualmente, passou a ser percebida como espaço de práticas ilegais e de ameaças às áreas protegidas.

Para aferir a questão formulada, consultou-se a literatura especializada sobre mineração, garimpo e meio ambiente na Amazônia e no Amapá, bem como se fez uso de dados de campo e de registros memoriais do autor, acumulados por mais de 20 anos de sucessivas visitas técnicas à região garimpeira do Lourenço. Algumas informações

apresentadas são inéditas e foram obtidas em entrevista realizada pelo autor com o Gerente da MNA² que operou no Lourenço entre 1984 e 1994.

Trajatória da mineração e da garimpagem de ouro no Lourenço

A trajetória da mineração no Amapá encontra-se presente nas principais narrativas que tratam dos aspectos ambientais da atividade e das conexões com o desenvolvimento local, com destaque para as produções de Drummond e Pereira (2007), Oliveira (2010a), Oliveira (2010b) e Chagas (2013).

Os primeiros autores analisaram os efeitos desenvolvimentistas no Amapá, decorrentes da exploração do minério de manganês da região de Serra do Navio, com base em 49 variáveis socioeconômicas coletadas no período de 1953 a 1993. Eles concluíram que os padrões médios de bem-estar da população do Amapá não estagnaram, nem entraram em colapso no período do empreendimento mineral, mas que a escassez de investimentos produtivos e em infraestrutura para além da influência de Serra do Navio impactou negativamente as perspectivas de desenvolvimento do Amapá (DRUMMOND; PEREIRA, 2007).

Oliveira (2010a), por sua vez, a partir da análise de indicadores ambientais, sociais e econômicos dos cinco municípios mineradores do Amapá (Pedra Branca do Amapari, Vitória do Jari, Mazagão, Porto Grande e Calçoene), verificou que a mineração vem contribuindo com o desenvolvimento de apenas um (Pedra Branca do Amapari) entre os cinco municípios analisados e que há vários entraves a serem vencidos para tornar a atividade economicamente sustentável.

A operação dos principais empreendimentos minerais do Amapá é também proporcionada por Chagas (2013). Esse autor aborda os conflitos e a gestão ambiental da mineração, sinalizando para a importância das lições aprendidas e para a necessidade de aproximar os protocolos e discursos da sustentabilidade em escala global/local, incluindo aprimoramentos de processos participativos e de tomada de decisão.

Em relação à garimpagem, Mathis (1993, 1995a, 1995b, 1998) destaca que a atividade apresenta uma complexa rede de relações sociais que se configuram pela informalidade do trabalho, pelo aviamento e pelo alto risco de extração. O autor traça um perfil social dos atores envolvidos na garimpagem da Amazônia e chama atenção para a ausência de dados

oficiais, com críticas à metodologia do último levantamento realizado pelo Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM) em 1990.

No Amapá, Oliveira (2010b) realizou amplo diagnóstico do setor mineral, identificando 32 áreas de garimpo. Sendo que dessas, apenas oito encontram-se em atividades nas regiões do Lourenço, Vila Nova e Araguari. Mathis (2012) complementou a identificação das frentes de garimpagem em operação no Amapá realizada por Oliveira (2009b), com apresentação de estimativas de produção e dos conflitos socioambientais decorrentes.

No Lourenço, o não cumprimento do Plano de Recuperação das Áreas Degradadas (PRAD) pela Mineração Novo Astro (MNA) foi atestado por Silva (2005). Aspectos ambientais sobre a mineração no Lourenço também são analisados por Chagas (2013), com detalhamentos sobre a operação das empresas de mineração, dos garimpeiros e da poluição dos cursos d'água da região.

Entre 1994 e 1997, pesquisas sobre contaminação mercurial foram realizadas em regiões garimpeiras do Amapá, com destaque para os projetos coordenados por José Adolfo Melfi, da Universidade de São Paulo (USP)³ e, por Edson Bidone, da Universidade Federal Fluminense (UFF). Os resultados indicaram a presença do metal em peixes carnívoros com teores acima do permitido pela legislação, sinalizando possível contaminação das populações humanas que se alimentam desses peixes.

Particularmente com relação à região do Lourenço, os impactos cumulativos da atividade mineral se tornaram bastante complexos quanto ao seu gerenciamento, a considerar que foram produzidos por uma sucessão de intervenções garimpeiras e empresariais, com o agravante da área minerada se encontrar circunscrita por um conjunto de áreas protegidas.

A garimpagem no Lourenço, apesar do pioneirismo da ocupação da Fronteira Norte brasileira, se tornou a principal ameaça à integridade das áreas protegidas do Amapá, que juntas (unidades de conservação e terras indígenas) constituem um mosaico de cerca de 10 milhões de hectares, correspondendo a 70% da área total do estado do Amapá (Drummond; Dias; Brito, 2008).

A conciliação da atividade garimpeira no Lourenço com as áreas protegidas foi pensada no âmbito do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá (PDSA), adotado como política pública pelo

governador João Alberto Capiberibe nos idos de 1995. No âmbito do PSDA foi concebido o “Plano de Desenvolvimento Socioeconômico-Ambiental da Área do Lourenço”, com previsão das seguintes ações: i) analisar a situação socioeconômica dos garimpeiros e suas famílias; ii) analisar o impacto das atividades garimpeiras no meio ambiente; iii) elaborar proposta para reduzir a degradação ambiental, notadamente quanto ao uso do mercúrio; iv) melhorar o processo organizacional do garimpo; v) incentivar o beneficiamento do ouro na própria região e; vi) integrar o garimpeiro e suas famílias na organização comunitária.

O Plano visava criar as condições futuras para transformar o Garimpo do Lourenço num Polo Joalheiro Comunitário. Referida ação aderiu princípios da sustentabilidade ao propor o fortalecimento do cooperativismo e a agregação de valor local ao ouro bruto. Segundo Chagas (2013), a existência de uma cooperativa, a boa infraestrutura deixada pela MNA e a ocorrência de ouro constituíram os elementos básicos para que o Lourenço pudesse acolher o projeto do Polo Joalheiro Comunitário, idealizado no âmbito do PSDA.

Entretanto, mesmo com apoio conciliatório dos Ministérios Públicos, Federal e Estadual, a complexidade dos desafios diante das limitações governamentais, a discriminação da figura do garimpeiro e as descontinuidades políticas não permitiram o alcance dos resultados esperados pelo PSDA.

Geopolítica da ocupação garimpeira, riscos e a “Operação Minamata”

No início do século XIX, a região onde está localizado o Garimpo do Lourenço passou a ser contestada pela França, que reivindicava os limites da colônia guianense para o Rio Araguari e não o Rio Oiapoque, como defendiam os brasileiros. Em 1841 foi estabelecido um acordo de neutralidade do território em disputa (Granger, 2011).

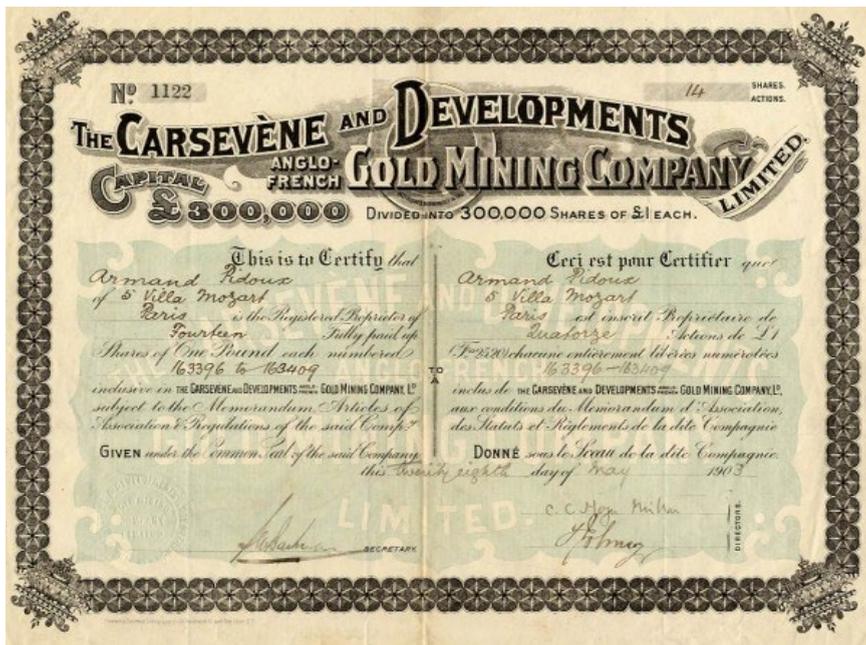
A França, que havia descoberto ouro no Sul da Guiana em 1854, fomentou uma ocupação na região contestada, criando uma república independente em 1885, batizada de “República do Cunani”. Sarney e Costa (1998) consideram que a República do Cunani, ridicularizada por alguns escritos (Picanço, 1981; Santos, 1994), tratou-se sim de uma inteligente e sábia ação diplomática e política para se apropriar da região promissora à mineração do ouro.

Em 1894 foi descoberto ouro na localidade de Lourenço, no Alto Rio Calçoene, Norte do Amapá. Logo a região foi intensamente ocupada, recebendo entre 6.000 e 10.000 garimpeiros. Na época, os franceses dominaram a região e todo ouro era escoado para a Guiana. A produção aurífera da Guiana Francesa, que era de 1500 quilos anuais, pulou para cinco toneladas. O conflito se acirrou com a proibição do acesso dos brasileiros às minas, atitude esta premeditada, visando criar condições favoráveis à França para anexar a região contestada à Guiana (Picanço, 1981; Meira, 1997; Sarney; Costa, 1998).

A situação chegou a provocar guerra armada entre os invasores franceses e brasileiros que, liderados por Francisco Xavier da Veiga Cabral, o Cabralzinho, expulsaram os franceses da área do contestado. A situação somente foi resolvida em 1900 nos tribunais da Suíça, com o Brasil vitorioso quanto aos direitos territoriais sobre a área contestada mediante defesa de José Maria da Silva Paranhos, o Barão do Rio Branco.

Não se pode afirmar, entretanto, que a região do Lourenço, no Norte do Amapá, tenha se transformado num garimpo desordenado no final do século XIX. A França havia instalado no local a Société Française de L'Amérique Equatoriale e, em 1904, uma associação de empresários franceses e ingleses criaram a The Carsevène and Developments Anglo French Gold Mining Company Limited, cujo objetivo era desenvolver a mineração na região (Figura 2). No Lourenço foram instalados pilões californianos de três mãos, movidos a vapor por duas caldeiras verticais. Uma companhia denominada *Carsévène Railway Company*, de Paris, chegou a implantar mon trilhos para interligar Lourenço à Costa Atlântica, numa extensão de 110 km (FERRAN, 1988).

Figura 2 - Título emitido pela da The Carsevène and Developments Anglo-French Gold Mining Company (1903)



Fonte: Coutinho, 2016.

Nas primeiras décadas do século XX ocorreu um declínio da produção aurífera no Lourenço, condicionada pelas técnicas rudimentares de extração e queda do preço do ouro. A região passou a assistir somente surtos esporádicos de garimpagem, mas consolidando-se definitivamente como uma das regiões garimpeiras mais tradicionais da Amazônia e do Brasil.

Novo boom mineral no Lourenço ocorreu no final da década de 1960, quando o empresário de garimpo, Joel Ferreira de Jesus, implantou uma lavra com desmonte hidráulico, obtendo certo sucesso na extração de ouro. Em 1983, a Companhia de Mineração e Participações (CMP) adquiriu a área de Joel Ferreira de Jesus, instalando no local uma subsidiária, a Mineração Novo Astro (MNA).

Além da MNA, instalou-se também na região a Mineração Yukio Yoshidome (MYSA), uma empresa que evoluiu de um garimpo. As estatísticas de produção do garimpo são imprecisas, mas das empresas

giram em torno de 20 toneladas de ouro em 10 anos de extração (1984 a 1994). Neste período, o preço do ouro no mercado internacional tornou-se atrativo para a mineração, atingindo a *onça-troy* o valor aproximado de US\$ 800 (Mathis; Brito; Brüseke, 1997).

A MNA e a MYISA operaram no Lourenço num período embrionário da Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA – Lei nº 6.938/81), com ações esporádicas de controle ambiental executadas, inicialmente, pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) e, a partir de 1989, pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) em conjunto com a então recém-criada Coordenadoria Estadual do Meio Ambiente do Amapá (CEMA-AP). As mineradoras deixaram um passivo ambiental significativo na região, principalmente quanto à poluição dos recursos hídricos e do não cumprimento do Plano de Recuperação das Áreas Degradadas (PRAD). Muitos desses impactos foram camuflados ou atribuídos à atuação garimpeira.

O Gerente da MNA, em entrevista⁴, comenta que a operação da empresa sempre foi tensa em relação aos garimpeiros, com constantes conflitos pelo uso de áreas da MNA, que eram liberadas para os garimpeiros em processos de difícil negociação. Em 1994, com o encerramento da operação da MNA no Lourenço, acentuaram-se as tensões e conflitos na região, com disputas entre garimpeiros pelo possível “filão de ouro” que a empresa havia deixado para trás.

A Cooperativa de Mineração dos Garimpeiros do Lourenço (COOGAL) foi criada como alternativa de ocupação organizada da área que pertencia à MNA. Após mediação do Ministério Público Federal e do Governo do Amapá, a COOGAL obteve junto ao DNPM homologação da transferência dos direitos de lavra dos títulos pertencentes à MNA.

A lavra do ouro praticada pela COOGAL se tornou perigosa e os riscos se acentuaram, principalmente os de natureza ambiental e de trabalho. Como consequência, os índices de poluição ambiental da região se elevaram pelo uso indiscriminado de mercúrio e os acidentes de trabalho se tornaram frequentes, com registro de vítimas fatais decorrentes de desmoronamentos de frentes de lavra.

Em 2017, a região garimpeira do Lourenço foi objeto de uma operação da Polícia Federal – “Operação Minamata” – em conjunto com o Ministério Público Federal, com objetivo de combater crimes praticados pela COOGAL relacionados a garimpeiros submetidos à condição de

trabalho análoga a de escravo, corrupção passiva, prevaricação, usurpação de matéria-prima da União, extração ilegal de substâncias minerais, lavra ou extração não autorizada, uso ilícito de mercúrio, crime contra a fauna aquática, posse de artefato explosivo, organização criminosa e lavagem de dinheiro (PF, 2017).

O garimpo foi interditado, mas logo em seguida reaberto por decisão judicial, mediante agravo de instrumento decorrente da situação de emergência declarada pelo prefeito do município de Calçoene, sob justificativa de que a paralisação do garimpo estava gerando caos social no Distrito de Lourenço pela ausência da renda garimpeira para manutenção das famílias e pelo fato das irregularidades identificadas ainda estarem sob investigação.

O MPF/AP tem insistido por ações de ordenamento da atividade garimpeira no Lourenço, com elaboração de laudos antropológicos e recomendações para que a extração de ouro venha a ser feita de forma sustentável pela comunidade de garimpeiros ali existente, que carrega traços de comunidade tradicional (MPF, 2018). Entretanto, o Estado brasileiro mantém-se negligente diante do desafio em lidar com um garimpo envolto por um conjunto de áreas protegidas.

Áreas protegidas, garimpo e insustentabilidade

A preservação da natureza e a mineração são temas de difícil conciliação. Há inferências na literatura de mineração que segue princípios de sustentabilidade no Canadá e na Noruega (Enríquez, 2008). Na Amazônia, se monitora uma experiência em desenvolvimento na região de Juruti, no estado do Pará (GVces, 2008). De fato, a partir da Rio 92, o setor da mineração vem aderindo a protocolos e agendas pelo desenvolvimento sustentável (CHAGAS, 2013), mas, na escala real, a mineração carrega um imensurável passivo socioambiental, com repercussão negativa e descrédito, como no caso da exploração de minério de manganês no Amapá (Drummond; Pereira, 2007).

A atividade garimpeira se manteve oculta ou discriminada pelo debate sobre sustentabilidade na mineração. Transita, de fato, entre o pioneirismo da ocupação territorial e a condição de ilegalidade e criminosa, como demonstra o texto de Barbosa (1991, p. 229), resgatado para reflexão atual:

Nos últimos anos e, principalmente, meses, garimpo e garimpeiros têm sido presenças constantes nas manchetes dos jornais. Esta recente visibilidade, contudo, não está associada aos mesmos aspectos que fizeram dos garimpeiros do nosso primeiro ciclo minerário um herói nacional: a riqueza do ouro e a conquista das fronteiras políticas da nação. Muito pelo contrário: garimpo e garimpeiro aparecem hoje, no nosso imaginário, como agentes de poluição mercurial, destruição de sociedades indígenas e várias outras formas de enfrentamento. De personagens de livros didáticos passaram a vilões da sociedade brasileira contemporânea. No desempenho deste papel inseriram-se, no nosso mapa mental, apenas, através de eixos sintagmáticos negativos.

A região garimpeira do Lourenço está situada em uma área de limites de bacias, sendo a Serra Lombarda o principal divisor de água entre as cabeceiras do alto rio Araguari (drenam suas águas para o Sul) e do rio Oiapoque (drenam suas águas para o Norte). Essa característica geográfica coloca a região do Lourenço como de extrema importância para a manutenção da qualidade ambiental das bacias limítrofes.

A existência de um conjunto de áreas protegidas no Norte do Amapá e na Guiana Francesa deslocou o Garimpo do Lourenço para uma condição geopolítica muito delicada. Os planos de manejo das unidades de conservação de proteção integral explicitamente mencionam o garimpo como a principal ameaça a integridades dos ecossistemas e à biodiversidade, particularmente devido ao uso do mercúrio (ICMBio, 2009).

O uso indiscriminado de mercúrio nos garimpos da região é bem conhecido pelo Estado. Guedron (2008) estimou que, entre 1857 e 1992, a vizinha Guiana Francesa produziu nos garimpos 170 toneladas de ouro, utilizando 230 toneladas de mercúrio, com detecção de teores de mercúrio na forma orgânica acima de $10 \mu\text{g.g}^{-1}$ (limite estabelecido pela OMS é de $0,5 \mu\text{g.g}^{-1}$).

No lado do Amapá, após os estudos sobre contaminação mercurial já citados, coordenados pelos pesquisadores, Adolpho José Melfi (USP) e Edson Dausacker Bidone (UFF), mesmo com recomendações sobre a necessidade de pesquisas mais detalhadas para determinação da magnitude dos impactos, somente recentemente houve novas iniciativas de investigação coordenadas por Lima et al. (2015) e por Venturiere et al. (2017).

Em Lima et al. (2015), as concentrações de Hg nos peixes em ponto amostral no Lourenço não indicaram contaminação, com ponderações justificadas pelo nível trófico dos peixes capturados, composto em sua

maioria por espécies herbívoras. Já em Venturiere et al. (2017, p. 18) os resultados foram alarmantes:

A alta porcentagem de detecção de Hg em 81% dos peixes examinados e a presença de níveis de Hg em várias espécies de peixes superiores às estabelecidas pela diretriz padrão da OMS, sugere fortemente que o mercúrio já é uma ameaça ambiental significativa e é um potencial problema de saúde em toda a região.

Seguem os argumentos dos autores:

Apesar de ser uma atividade econômica muito importante em muitas regiões da Amazônia, a mineração de ouro geralmente resulta não apenas em um ambiente degradado, mas também em condições sociais precárias, como doenças disseminadas entre os mineiros (por exemplo, malária e infecções transmitidas sexualmente). Além disso, há um aumento do nível de prostituição, violência e escravidão nas áreas de mineração (VENTURIERI et al., 2017, p. 18).

Especificadamente sobre o uso do mercúrio no garimpo de Lourenço, o gerente da MNA comenta que “a região foi tão intensamente garimpada que, em muitas frentes de lavras localizadas próximo à área de mineração da MNA, era comum o garimpeiro não apurar ouro e sim mercúrio remanescente, que era novamente comercializado no local” (informação verbal).

Os problemas ambientais e sociais identificados são bastantes conhecidos, bem como algumas soluções desenvolvidas por instituições de pesquisa, com possibilidade de aplicação com apoio do Estado. Entretanto, Mathis (2001) ressalta que esses problemas devem ser discutidos e analisados com os garimpeiros, obtendo-se, dessa forma, críticas e sugestões, dentro de um processo de negociação e convencimento (Mathis, 2001).

O Estado, por sua vez, enquanto agente de arbitragem dos conflitos entre garimpeiros e preservacionistas, notadamente, tem avançado em favor da proteção da natureza em áreas protegidas em detrimento da complexidade da teia de desafios que envolve o ordenamento da atividade garimpeira.

Por exemplo, o acordo bilateral Brasil-França para o combate à exploração ilegal do ouro em zonas protegidas ou de interesse patrimonial, celebrado em 2008 e promulgado pelo Decreto Federal nº 8.337/2014,

formou um ambiente politicamente hostil para a garimpagem no Lourenço. Nesse ínterim aconteceu no Amapá, a partir da década de 2010, uma sequência de fatos econômicos que recrudesceram o dilema “mineração x preservação”, tais como: i) a tentativa de revogação do decreto que instituiu a Reserva Nacional do Cobre (RENCA) e a superposição com áreas protegidas; ii) a possível exploração de petróleo *offshore* e os consequentes riscos sobre extenso banco de corais descoberto em áreas próximas e; iii) a construção de duas hidrelétricas na principal bacia hidrográfica do Estado (Rio Araguari) com uma série de impactos negligenciados.

Referidos fatos, associados aos problemas gerencias da COOGAL e à pressão preservacionista externa, convergiram para que o Estado agisse no Garimpo do Lourenço, resultando na Operação Minamata. A criminalização da COOGAL precisa ser entendida distintamente da atividade garimpeira e para isso faz-se necessário que o Estado reconheça o garimpeiro não como um marginal, mas como parte da história que, de alguma forma, contribuiu para a garantia da soberania nacional na fronteira Brasil-França, no Norte do Amapá.

Considerações finais

A consolidação de um cenário regional de preservação com a presença de um conjunto de áreas protegidas, tanto no Amapá como na Guiana Francesa, a divulgação recente de pesquisas sobre contaminação mercurial e a frágil gestão da COOGAL convergiram para ações de criminalização da atividade garimpeira do Lourenço por parte do Estado (Operação Minamata).

A referida conclusão traz à luz as posições contraditórias do Estado, as quais por um lado exaltam o pioneirismo da ocupação garimpeira ao Norte do Amapá como estratégia de defesa do território nacional perante a invasão e contestação francesa e, por outro, criminalizam o que era pioneirismo pela condição marginal e discriminatória do garimpeiro.

Reconhece-se, entretanto, que tanto o Governo do Estado quanto o MPF/AP acolheram as partes envolvidas com a mineração no Lourenço para resolução dos conflitos e se empenharam à procura de alternativas que garantissem a legalidade da prática garimpeira de forma cooperada e sustentável. O Plano de Desenvolvimento Socioeconômico-Ambiental da Área do Lourenço, elaborado pelo Governo do Amapá em 1995, demonstra o empenho institucional em favor do ordenamento da atividade.

O Distrito do Lourenço insere-se no mapa das regiões garimpeiras mais tradicionais da Amazônia, mas, ao mesmo tempo, também figura entre as mais impactadas, principalmente pelo uso indiscriminado do mercúrio, que não pode ser atribuído somente à atividade garimpeira, a considerar que empresas mineradoras também operaram intensamente na região.

Pesquisas sobre mercúrio realizadas na década de 1990 e mais recentes, entre 2015 e 2017, indicam que a região apresenta contaminação em peixes e reivindicam providências do Estado, sem que nenhuma ação mais efetiva se fizesse presente, como a própria proibição do uso do metal na atividade garimpeira, como já previsto em protocolos internacionais.

O acordo bilateral Brasil-França para o combate à exploração ilegal do ouro em zonas protegidas ou de interesse patrimonial celebrado em 2008 e sua promulgação pelo Decreto Federal nº 8.337/2014 criaram o ambiente político para a intervenção do Estado no Lourenço, com motivação possivelmente preservacionista e desfecho de criminalização das atividades da COOGAL.

Entre o mérito e o crime transitam categorias teóricas ainda por se desvendar, como a própria condição de reconhecimento do Garimpo do Lourenço como comunidade tradicional. A referida distinção se faz necessária, pois, existem diferenças entre a atuação ilegal da COOGAL e a dos garimpeiros que ocuparam a região desde o século XIX e mantiveram a cata do ouro como modo de sobrevivência.

Notas

1 “Ilha de Sintropia” é um conceito utilizado por Altvater (1995) para explicar como certas estruturas e materiais que ocorrem no planeta são dispostas de forma ordenada e concentrada, possibilitando acesso mais fácil pelo ser humano.

2 Entrevista concedida ao autor pelo Gerente da Mineração Novo Astro (MNA), geólogo César Torresini, em Macapá, no dia 21/09/2009.

3 Referência ao projeto “Estudo do Ciclo de Mercúrio no Ecosistema da Floresta Amazônica: Avaliação do Impacto da Mineração de Ouro com Utilização do Mercúrio sobre Meio Ambiente (Estado do Amapá)”.

4 Entrevista concedida por César Torresini em 21/09/2009, em Macapá, Amapá. Torresini entrou como geólogo júnior na MNA e posteriormente exerceu vários cargos de direção no período de operação da empresa no Lourenço.

Referências

- ALTVATER, E. *O preço da riqueza: pilhagem ambiental e a nova (des)ordem mundial*. São Paulo: UNESP, 1995.
- BARBOSA, L. Garimpo e meio ambiente: águas sagradas e águas profanas. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 229-243, 1991.
- BIDONE, E. D. et al. Fish contamination and human exposure to mercury in Tartarugalzinho river, Amapa State, Northern Amazon, Brazil. *Water, Air and Soil Pollution*, Holanda, v. 97, p. 9-15, jun. 1997.
- GVces – Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas. *Juruti Sustentável: uma proposta de modelo para o desenvolvimento local*. São Paulo: GVces/FUNBIO, 2008.
- CHAGAS, M. A. *Amapá: a mineração e o discurso da sustentabilidade - de Augusto Antunes a Eike Batista*. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.
- COUTINHO, C. A. T. *Território Contestado Franco-Brasileiro (Firmine – Amazonie)*. Blog da Sociedade Numismática e Filatélica Cearense, SNFC, Fortaleza, Ceará, 2016. Disponível em: <<http://snfce.blogspot.com/2016/01/>>. Acesso em: 19 set. 2018.
- DRUMMOND, J. A.; PEREIRA, M. A. P. *O Amapá nos tempos do manganês: um estudo sobre o desenvolvimento de um estado amazônico (1943-2000)*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- DRUMMOND, J. A.; DIAS, T. C. A. C. D.; BRITO, M. C. B. *Atlas das Unidades de Conservação do Amapá*. Macapá: MMA/IBAMA-AP; GEA/SEMA, 2008.
- ENRÍQUEZ, M. A. *Mineração: maldição ou dádiva? Os dilemas do desenvolvimento sustentável a partir de uma base mineira*. São Paulo: Signus Editora, 2008.
- FERRAN, A. Depósito de ouro de Salamangone e Mutum, Calçoene, Amapá. In: SCHOBENHAUS, C.; COELHO, E. S. (Coord.). *Principais depósitos minerais do Brasil*. Brasília: DNPM/CVRD, 1988. p. 581-588.
- GRANGER, S. O contestado Franco-Brasileiro: desafios e consequências de um conflito esquecido entre a França e o Brasil na Amazônia. *Revista Cantareira*, Edição 17, jul./dez., 2015. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/cantareira/v3/wp-content/uploads/2013/05/e17a2.pdf>>. Acesso em: 29 ago. 2018.
- GUEDRON, S. *Impact de l'exploitation minière em Guyane française sur les flux de mercure vers les écosystèmes aquatiques*. 2008. Tese (Doutorado) - Université Joseph Fourier, Grenoble, 2008.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 2010*. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/resultados>>. Acesso em: 30 dez. 2017.
- ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. *Plano de Manejo do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque*. MMA, 2009.

LIMA, D. P. et al. Contaminação por metais pesados em peixes e água da bacia do rio Cassiporé, Estado do Amapá, Brasil. *Acta Amazônica*, v. 45, n. 4, p. 405-414, 2015.

MATHIS, A. Garimpos de Ouro na Amazônia. *Papers do NAEA*, n. 036, Belém, 1995a.

_____. Garimpos de ouro na Amazônia: atores sociais, relações de trabalho e condições de vida. *Papers do NAEA*, n. 037, Belém, 1995b.

_____. Garimpagem de ouro e valorização da Amazônia: a formação de relações de trabalho sob o quadrângulo mercado internacional, Estado Nacional, região e natureza. *Papers do NAEA*, n. 101, Belém, 1998.

_____. Rompendo barreiras: possibilidades e limites da intervenção na garimpagem de ouro no Tapajós. In: VILLAS BÔAS, R.C. et al. *Mercury in the Tapajós Basin*. Rio de Janeiro: CNPq/CYTED, 2001. p.159-173.

_____. Extração versus conservação: garimpagem de ouro e política de conservação no estado do Amapá. *Papers do NAEA*, n. 289, Belém, 2012.

MATHIS, A; REHAAG, R. (Org.). *Consequências da garimpagem no âmbito social e ambiental da Amazônia*. Belém: CEJUP, 1993.

MATHIS, A.; BRITO, D.; BRÜSEKE, F. J. *Riqueza volátil: a mineração de ouro na Amazônia*. Belém: Cejup, 1997.

MEIRA, S. *Fronteiras Sangrentas: heróis do Amapá*. 2. ed. Rio de Janeiro: Edição do autor, 1997.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (Brasil). *MPF recomenda à ANM que reserve as áreas de lavra da Coagal a pequenos garimpeiros do Lourenço (AP)*. Brasília, 2018. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/ap/sala-de-imprensa/noticias-ap/mpf-recomenda-a-anm-que-reserve-as-areas-de-lavra-da-coagal-a-pequenos-garimpeiros-do-lourenco-ap>>. Acesso em: 07 ago. 2018.

OLIVEIRA, M. J. *Mineração e desenvolvimento local: benefícios e desafios aos Municípios Amapaenses*. 2010. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Socioambiental) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010a.

_____. *Diagnóstico do Setor Mineral do Estado do Amapá*. Macapá: IEPA, 2010b.

PICANÇO, E. V. *Informações sobre a história do Amapá: 1500 - 1900*. Macapá: Imprensa Oficial, 1981.

POLÍCIA FEDERAL. *PF combate comercialização clandestina de ouro*. Macapá, 2017. Disponível em: <<http://www.pf.gov.br/agencia/noticias/2017/11/pf-combate-comercializacao-clandestina-de-ouro?searchterm=Minamata>>. Acesso em: 09 jan. 2018.

SANTOS, F. R. *História do Amapá*. Macapá: Valcan, 1994.

SARNEY, J.; COSTA, P. *Amapá: a terra onde o Brasil começa*. Brasília: Senado Federal, 1998.

SILVA, E. F. G. *Análise da Implementação dos Planos de Recuperação de Áreas Degradadas pela Mineração em Lourenço (AP)*. 2005. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2005.

VENTURIERI, R.; COSTA, M. O.; GAMA, C.; JASTER, C. B. Mercury Contamination within Protected Areas in the Brazilian Northern Amazon-Amapá State. *American Journal of Environmental Sciences*, v. 13, n. 1, p. 11-21, 2017. Disponível em: <<https://thescipub.com/pdf/10.3844/ajessp.2017.11.21>>. Acesso em: 14 set. 2018.

Marco Antonio Chagas – É bacharel em Geologia pela Universidade Federal do Pará. Mestre em Desenvolvimento Sustentável pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília e Doutor em Desenvolvimento Socioambiental pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará. Atualmente é professor do Curso de Graduação em Ciências Ambientais e do Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá.  <https://orcid.org/0000-0002-4792-9154>.

Recebido para publicação em 20 de novembro de 2018

Aceito para publicação em 04 de janeiro de 2019